

Organizadores



Apoios Institucionais



Patrocinadores



CIBERSEGURANÇA

QUESTÕES TECNOLÓGICAS E IMPLICAÇÕES LEGAIS

2 JULHO
2014

Síntese conclusiva do Seminário *Cibersegurança: Questões Tecnológicas e Implicações Legais*

apresentada na Sessão de encerramento pelo Capitão-tenente Gonçalo Baptista de Sousa, em representação do Diretor do Centro de Investigação Jurídica em Cibersegurança da FDUL, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Este seminário teve como objetivo debater um conjunto de temas relacionados com a segurança da informação e o direito no ciberespaço, pretendendo cimentar as bases que permitam um diálogo eficaz entre os diferentes intervenientes, tendo em conta a multidisciplinaridade e as diferentes áreas de formação e atuação dos seus profissionais.

A sessão de abertura, contou com o Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro, Diretor da FDUL; Contra-almirante Bastos Ribeiro, Comandante da EN, Prof. Doutor Arlindo de Oliveira, Presidente do IST e com o Contra-almirante Carlos Rodolfo Presidente da AFCEA Portugal.

Estiveram presentes um leque brilhante de oradores, que cativaram a audiência, pelo interesse dos temas apresentados e subseqüentes perguntas levantadas nas fases de debate. As apresentações resumem-se da seguinte forma:

1. VALM Torres Sobral, do Gabinete Nacional de Segurança, subordinada ao tema **Centro Nacional de Cibersegurança**, apresentou a Estratégia Nacional de Cibersegurança e a implementação do Centro Nacional de Cibersegurança, referindo a sua missão e âmbito de atuação.
2. Engenheiro Manuel Costa Honorato, do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, subordinada ao tema **Da segurança no espaço (físico) à segurança no ciberespaço - Mais do mesmo ou novos desafios?**, referindo o ciberespaço como uma nova dimensão, que permite diferentes dilemas, sendo que estes introduzem uma nova perceção material dos bens e das fronteiras. Terminou com algumas reflexões sobre a utilização dos conceitos da segurança do espaço físico no ciberespaço.
3. Contra-almirante Gameiro Marques, do Ministério da Defesa Nacional, subordinada ao tema **Contributos para uma abordagem holística aos desafios da cibersegurança nas organizações**, identificou o ciberespaço como porta de entrada às Organizações no Mundo Global. Referiu a necessidade premente de uma entidade reguladora, à escala global. Apresentou um modelo construção de conhecimento sobre o ciberespaço e propôs um enquadramento que capacite as entidades face aos desafios.
4. Prof. Doutor António Costa e Silva, da PARTEX oil & gas Portugal, subordinada ao tema, **Cibersegurança: Impacto nas Organizações**, definiu a capacidade do cibercrime em afetar diretamente as infraestruturas críticas e subseqüentemente o cidadão. Abordou a forma de lidar com interminável dilúvio de informação, característica do nosso tempo. Acabou referindo o impacto da cibersegurança nas organizações e a forma como a Engenharia pode dirimi-lo.
5. Engenheiro Nuno Guerreiro, da Edisoft, A ThalesGroup Company, subordinada ao tema **The competitive advantage of Cyber Security**, apresentou a empresa e a estratégia para a cibersegurança. Referiu os erros comuns, seguindo a evolução da ameaça.
6. Masters Sharon Uziel, da Oracle, subordinada ao tema **Oracle's Cyber & Big Data Intelligence Solution**, identificou o ciberespaço, como domínio de superior importância e com necessidades de investimento significativas. Referiu ainda que os métodos tradicionais de segurança são ineficientes e por isso apresentou uma solução para dirimir este tipo de problema.
7. Engenheiro Pedro Norton, da AnubisNetworks, subordinada ao tema **Threat Intelligence - Understanding threats from Cyberspace**, apresentou as ameaças existentes no ciberespaço e as suas motivações. Finalizou com a visão da empresa para o futuro neste domínio.
8. Professor Doutor Adelino Maltez, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, efetuou a **sessão de abertura da tarde**, apresentando uma perspetiva jus filosófica sobre a cibersegurança.
9. Capitão-de-Fragata Ribeiro Correia, da EN, subordinada ao tema **Gestão da Segurança da Informação**, identificou o acesso à informação como essencial no desempenho da atividade de uma organização, referindo a necessidade de programas de segurança, que acautelem não só a informação vital mas também os interesses.
10. Prof. Doutor Carlos Ribeiro, do IST, subordinada ao tema **Como pode a autenticação salvar a Internet**, identificou o anonimato como uma das maiores virtudes da Internet, mas que não deve ser impeditiva à garantia de autenticação. Elencou as vulnerabilidades mais famosas e a sua relação com as falhas de autenticação.
11. Prof. Doutor Ricardo Chaves, do IST, subordinada ao tema **Implementações criptográficas seguras**, abordou a análise de aspetos práticos relacionados com o desenvolvimento e utilização de sistemas seguros. Terminou com uma análise à capacidade de escolha de soluções mais adequadas para os diferentes problemas de segurança.
12. Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro, da FDUL, subordinada ao tema **Direitos Fundamentais e cidadania**, narrou o direito sobre a proteção dos dados pessoais, expôs legislação referente ao cibercrime, quer a nível nacional, quer a nível europeu. Acabou apresentando jurisprudência de casos reais, como o da Google.
13. Mestre Raquel Castro, da FDUL, subordinada ao tema **Investigação jornalística e liberdade de imprensa**, articulou os instrumentos jurídicos aplicáveis à investigação jornalística e à liberdade de imprensa. Referenciou a perspetiva constitucionalmente adequada das novas tecnologias, afirmando que estas não devem ser temidas.
14. Juiz de Direito Dr. Joel Pereira, do Conselho Superior da Magistratura, subordinada ao tema **Cibersegurança e a Proteção de Dados Pessoais**, iniciou identificando a realidade do aumento exponencial das plataformas web e a oferta de serviços gratuitos, que tendem a levar a uma maior confiança nas soluções tecnológicas, igualmente exploradas por utilizadores sem escrúpulos. Consigna o regime de tratamento de dados e as consequências em sede de violação no âmbito do tratamento destes, bem como a sua admissibilidade para fins de prevenção e investigação criminal.